

# PRINCÍPIOS PARA A ATUAÇÃO SINDICAL

Maria do Rosário Alves de Oliveira  
Paulo Sérgio Nunes Menezes

## CONTRIBUIÇÃO PARA O CONGRESSO DO ATENS

O presente documento é uma contribuição ao debate que entendemos ser fundamental para o amadurecimento do ATENS. Nossa compreensão é que passado o momento de consolidação de nossa entidade como representação efetiva da categoria no território nacional, enveredamos num momento crucial de fortalecimento de nossa identidade e unidade.

Dado o difícil momento por que passa nosso país e os constantes desmontes do aparelho estatal e políticas públicas em nosso país, uma entidade nacional de representação de servidores públicos como a nossa precisa se posicionar nitidamente em relação ao papel fundamental dos servidores públicos a partir de uma lógica de serviços públicos oferecidos ao país, sem distinção, de maneira a garantir a cidadania plena.

Sem uma concepção nítida do papel do Estado, não temos como defender os servidores públicos junto à população brasileira, o que nos lançaria à mera defesa de interesses corporativos. Moto contínuo, sem a definição do ambiente político que garante as plenas condições de realização das ações estatais – e, conseqüentemente, dos servidores públicos que compõe o aparelho estatal –, não temos como dar sustentabilidade às ações públicas.

Portanto, nossos temas centrais, que garantem nossa unidade e nosso diálogo com a sociedade brasileira são Estado e Democracia.

Este documento trata deste binômio e sugere um posicionamento sobre ele de maneira a sustentar, tema final desta contribuição, o papel do nosso sindicato na sua resolução.

### 1. A DEMOCRACIA COMO VALOR BÁSICO PARA A ATUAÇÃO SINDICAL

Toda ação sindical é fundada no conflito e na negociação. O conflito, ao contrário do confronto, faz parte da ordem democrática. Nada mais é que o dissenso, a possibilidade de se contestar uma situação compreendida por alguns como injusta.

Mais que isso, na medida em que a reivindicação por uma demanda por justiça não é acatada pela outra parte, nem mesmo se torna objeto de avaliação, é princípio democrático empregar estratégias que aumentem a força do demandante, a força para obrigar a outra parte a negociar. Sem uso de violência, mas evidentemente, criando um constrangimento político.

Tais situações só podem ocorrer sob o terreno democrático.

Em toda ordem autoritária ou totalitária, o dissenso é refutado ou tutelado. Durante o regime militar por que passou o Brasil a partir de 1964, quatrocentos sindicatos sofreram intervenção quase imediatamente após o

golpe autoritário. A Lei de Segurança Nacional e a lei antigreve impossibilitaram qualquer manifestação política contrária aos interesses governamentais.

Portanto, a defesa da democracia e a rejeição de qualquer intervenção autoritária em nossa sociedade são pedras fundamentais para nossa existência, para a prática sindical com sustentabilidade e autonomia.

De onde se depreende que defendemos o respeito de opinião das minorias, desde que não ofendam a ordem democrática. Em outras palavras, o limite de toda ordem democrática é a sobrevivência deste regime. Devemos nos opor, com toda energia e clareza necessárias, aos discursos e proposições de cerceamento das liberdades individuais e coletivas, à perseguição política e a qualquer tipo de intolerância.

## **2. O APARELHO DE ESTADO COMO GARANTIDOR DA JUSTIÇA EQUITATIVA**

O posicionamento firme em defesa da democracia supõe, ainda, uma questão central: quem é o garantidor da ordem democrática.

Evidentemente, o principal garantidor é a própria cidadania ativa, aquela que não se apresenta apenas em momentos eleitorais, mas que se posiciona permanentemente defendendo seus direitos e a observação de sua opinião.

Mas, não basta a presença ativa dos cidadãos. É preciso uma estrutura pública plural, equilibrada (em que os poderes sustentam contrapesos que inibem a sobreposição sobre outros) e transparente. Na história da humanidade, o aparelho de Estado é esta estrutura que se forjou como garantidora da ordem democrática.

É o Estado Moderno que se apresenta como garantidor dos direitos universais, a estabilidade e, em especial, a possibilidade das expectativas individuais ganharem o mínimo de probabilidade de realização. Sem tais garantias, a coesão de um país está ameaçada.

O sistema de garantias das realizações individuais tem, por sua vez, que superar a mera justiça pela igualdade. Em países com profunda desigualdade social como é o nosso (segundo o festejado economista Thomas Piketty, somos o país mais desigual do planeta, onde quase 30% de sua renda está nas mãos de apenas 1% dos seus habitantes), é necessário avançarmos para as práticas de justiça equitativa.

Por justiça equitativa se entende aquela que repara desigualdades iniciais que impedem que competências de um sejam desconsideradas por tradições ou vantagens classistas ou estamentais de segmentos privilegiados. Esta compreensão é antiga. Para um indivíduo ser considerado justo, este deve respeitar piamente as regras e leis pré-estabelecidas em uma sociedade, porém, para Aristóteles, ser equitativo significa buscar o equilíbrio que nem sempre é garantido. Trata-se de uma reparação que garanta condições iguais aos desiguais.

Para que o aparelho de Estado garanta esta ordem democrática e justa é fundamental que tenha transparência e que os cidadãos possam,

por meio de suas organizações ou diretamente, fiscalizar e planejar suas deliberações.

Organismos como sindicatos, entidades de representação de interesses ou territórios e conselhos de gestão são instrumentos fundamentais para garantir transparência e controle da sociedade sobre as políticas públicas.

E é neste sentido que a postura ética e compromissada dos servidores públicos, como agentes da ordem democrática e dos serviços mantidos pelos impostos dos cidadãos, ganha relevância.

Enquanto órgão público, o Estado brasileiro adoece pela captura de interesses privados. É de nosso conhecimento a relação marcadamente personalista que define muitas práticas no interior do Estado: nepotismo, vantagens para agrupamentos que se vinculam a cargos de comando, discriminações, assédio moral, negociações com o poder econômico, entre outros. O desequilíbrio interno e a privatização dos serviços que são da natureza precípua do serviço público desvirtuam, sobremaneira, sua função e razão de ser.

É nesta acepção que a terceirização acelerada dos serviços públicos, a transferência do conhecimento e produção dos quadros de Estado para empresas privadas de consultoria ou mesmo Organizações Sociais, que passam a controlar serviços essenciais como hospitais públicos, desvirtuam os princípios dos serviços estatais.

No caso de nossa área de atuação, o desequilíbrio no interior do aparelho de Estado brasileiro deve ser objeto de nossa atenção imediata: excesso de hierarquias, nem sempre nomeadas por competência comprovada, condições precárias de trabalho dos servidores públicos, assédio moral, desvios de função e baixo acesso e conhecimento da população aos nossos serviços, criam graves obstáculos para que cumpramos nossa função social.

E não podemos fechar os olhos para a enorme crise econômica pela qual passa o país. Sabe-se que não há na história econômica saída de recessão sem ação do Estado. Porém, neste momento, vemos o retorno ao modelo econômico neoliberal e à ideia de Estado mínimo, o governo transferindo o poder do Estado aos detentores do poder econômico, vendas de empresas estatais importantes e estratégicas estão sendo efetivadas, rapidamente, usando o dinheiro destas privatizações para abater a dívida pública, sem qualquer meta de investimento público de interesse nacional, a longo prazo, ou seja, sem nenhuma ligação com um projeto de país.

Além disto, estamos percebendo que as instituições de ensino públicas, bem como os servidores públicos, o grande capital das instituições, voltaram a ser atacados de forma brutal por este modelo que está destruindo nossa inteligência instalada nas universidades públicas e institutos federais.

A questão do financiamento das universidades e institutos é preocupante, conjugado com o financiamento da ciência e tecnologia como um todo. Os cortes estão provocando o desmonte das universidades e das pesquisas, comprometendo o desenvolvimento e o futuro do país e criando o motivo condutor para a privatização do ensino superior público.

Nosso Sindicato precisa se posicionar, firmemente, na defesa da estruturação e democratização do Estado brasileiro, combatendo os discursos fáceis pela sua redução – o que facilitaria a captura em escala das forças privatistas dos serviços públicos –, a privatização dos serviços essenciais e a desvalorização dos servidores estatais.

### **3. O PAPEL DO SINDICATO DE SERVIDORES PÚBLICOS**

Chegamos, assim, no papel que nos cabe como sindicato de servidores públicos.

Temos que dar um passo firme na direção da consolidação de nossa identidade. Pela natureza do nosso enquadramento funcional, não lutamos apenas pelos interesses corporativos de nossa base. Lutamos pela existência de nossa função e pela dignidade do serviço público.

Em outras palavras, o ATENS tem, como obrigação, defender uma estrutura de Estado moderno e eficiente, que não se espelhe na lógica empresarial e privada, mas na garantia da justiça equitativa.

E mais, temos que defender um projeto de democracia plena, confrontando todo discurso e projeto autoritários que imponham qualquer tutela aos cidadãos e à sociedade brasileira. Os governantes e cargos públicos devem ser compreendidos como funcionários dos cidadãos e nunca o contrário.

No âmbito de nossa atuação, precisamos definir um rol de princípios que definam com nitidez nosso compromisso com a democracia e o Estado de Direito, com uma lógica de Estado democrático e à serviço da equidade e do fomento ao desenvolvimento social e econômico, sem esquecermos que democracia não divide o mesmo espaço com intimidação e extermínio de pessoas, interceptações e gravações clandestinas de comunicação telefônica, desmantelamento de direitos sociais, patrulhamento e criminalização de indivíduos ou grupos que expressam pensamentos díspares, decisões não fundamentadas, entre outros.

Temos que construir, urgentemente, um desenho de Estado moderno e eficiente em que os servidores públicos apareçam como peças centrais desta organização.

Temos que apresentar com clareza o papel fiscalizador dos cidadãos e suas organizações na condução das políticas estatais, não como políticas de governo ou de interesses particulares ou partidários, mas como interesses públicos, de todos brasileiros, como políticas de Estado.

Temos que garantir a participação direta dos cidadãos no controle dos serviços públicos, sejam em instrumentos já existentes, como os conselhos de gestão, seja diretamente ou a partir de mecanismos de maior controle, como referendos e revogação do mandato eletivo.

No que tange à nossa atuação, temos que aumentar o enraizamento do sindicato nos locais de trabalho, não apenas para aumentarmos nossa representação institucional, mas aumentarmos o controle da base sobre a condução sindical. A organização de base é um princípio que garante coerência com o que esboçamos acima. Não se defende uma sociedade

democrática a partir de organizações de representação centralizadas, elitizadas ou que respondem a interesses particulares.

Temos que radicalizar a participação e a tomada de decisão democrática no interior do ATENS.

Temos que rejeitar qualquer discriminação, seja de gênero, de etnia, religiosa ou de qualquer outra natureza, garantindo o respeito e a transigência em relação às diferenças.

Assim, nos distanciamos de incoerências políticas. Afirmamos nosso projeto de sociedade.

Porque não há como falar num projeto que desejamos se, neste momento, praticamos algo que é incoerente com este desejo. O futuro se constrói agora, com atos e princípios que iluminam nosso caminho.

Não podemos desejar a democracia se centralizamos as decisões, se não somos solidários entre nós e entre nossas organizações internas, se reivindicamos qualquer situação de privilégio ou discriminação.

Temos que ser coerentes. Temos que definir um projeto coerente de sindicalismo, de Estado e de sociedade.

A hora é agora. O momento mais difícil da história contemporânea do nosso país.